

## CARTA DA PLENÁRIA NACIONAL VIRTUAL DO CONJUNTO CFESS-CRESS

(...) Como se fosse poesia (...)

Todas as **145.987 mortes** por Covid no Brasil são importantes.

Todes os **corpos negros** são importantes.

Todes as **mulheres** são importantes.

Todes **LGBTI+** são importantes.

Todes **trabalhadores** são importantes.

Todes os **migrantes** são importantes.

Todes os **povos originários** são importantes.

Todas **as vidas** são importantes.

Todas as políticas públicas sociais são importantes.

O importante é **viver**.

O importante é **lutar**.

O importa é **saber**,

Que **o que importa, é a vida**.

Nós, assistentes sociais reunidas e reunidos na plenária virtual nacional do Conjunto CFESS-CRESS, entre os dias 2 e 4 de outubro de 2020, reconhecendo que os diálogos coletivos são essenciais para a construção de ações democráticas e organização das lutas da classe trabalhadora, reafirmamos nosso compromisso em manter viva a construção histórica do diálogo entre a categoria, em busca de uma direção política emancipatória, mesmo em tempos tão sombrios, marcando assim o nosso compromisso nas lutas por uma sociedade justa e igualitária.

A pandemia do novo coronavírus, funcionando como um catalisador da crise do capital, ocasionou impactos potencialmente destrutivos para a classe trabalhadora. Tais impactos avançaram fronteiras e ganharam proporções internacionais. Esse contexto expôs as fraturas sociais realizadas pela sociabilidade do capital, e a realidade que evidenciamos foi o aumento da exploração das/os trabalhadoras/es em um novo formato promovido pelas tecnologias, a precarização dos vínculos de trabalho, a diluição dos investimentos em políticas públicas, a concentração de renda em favor dos grandes grupos econômicos, que inclusive se beneficiaram da pandemia, dentre outras consequências que ameaçam cotidianamente a sobrevivência da classe trabalhadora.

A crise humanitária se estabeleceu no mundo e o posicionamento dos dirigentes dos países capitalistas frente a ela resumiu-se em: Não podemos parar a economia!

A pandemia chegou ao Brasil e encontrou um cenário devastado pelos impactos trazidos pela Emenda Constitucional (EC) nº 95 e pelas contrarreformas do governo atual, que retiraram e/ou reduziram direitos, acirrando o aumento das desigualdades, colocando em pauta a centralidade das políticas de Seguridade Social, uma vez que elas têm sido demandadas para ações de proteção social a milhares de trabalhadores e trabalhadoras, entre os/as quais as/os assistentes sociais, que, no exercício profissional também se depararam com contratos

precarizados, temporários, falta de equipamentos de proteção individual e coletivos, dentre outras expressões do sucateamento dos serviços públicos.

Não obstante, seguimos na ironia de pensar que um país que se denomina de “Estado de Direito”, a cada dia, derrui e mercantiliza a proteção social que, fruto de muita luta e resistência da classe trabalhadora, vê seu esgotamento e insuficiência no momento conjuntural onde mais se precisa. Assim caminhamos, reafirmando nossa concepção de seguridade social como “*um padrão de proteção social de qualidade, com cobertura universal*” (Carta de Maceió, 2000). O essencial é a vida e, para ter vida, é preciso ter uma política de saúde que preze pela universalidade e equidade; Por uma política de habitação que subsidie as condições mínimas de proteção; Por uma política de assistência social que prime pelo acesso a direitos e benefícios socioassistenciais; por uma política de educação emancipatória e presencial. Por uma política de segurança pública que não mate e extermine a população negra e LGBTI+; Por uma política de segurança alimentar que combata a fome; Por uma política de meio ambiente que proteja e preserve os bens naturais; Por uma efetiva Política de Promoção e Proteção dos Povos Indígenas e de Comunidades Tradicionais.

Destaca-se ainda que as instituições e organizações das mais diversas naturezas tiveram que repensar as suas formas de funcionamento, rebatendo sobre o trabalho e a formação dos/as assistentes sociais. Nesse contexto, a classe trabalhadora e os diversos segmentos profissionais se depararam com a imposição do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (Tic) que, se por um lado, representam novas formas de controle, precarização e degradação do trabalho; por outro, põem o desafio da construção de formas e estratégias coletivas de comunicação e informação, subsidiárias ao exercício profissional.

Sabendo que não podemos negar as Tic como parte da riqueza humana e dos processos de trabalho no nosso tempo histórico, é preciso não criar falsas ilusões de que a simples adesão a tais tecnologias garante, por si mesma, uma maior qualidade nos serviços e na democratização do acesso às políticas. É preciso, antes de tudo, lembrar os interesses que movem os monopólios da comunicação e das redes sociais, o grau de manipulação, a perspectiva de dominação e a enorme desigualdade na apropriação, acesso e uso dessas ferramentas.

Nesse sentido, é preciso exercitar a criticidade na adesão dessas tecnologias, reforçando o seu papel auxiliar e suplementar, não substitutivo do trabalho profissional, de suas competências e habilidades. Acreditamos que a apropriação estratégica dessas ferramentas em nosso cotidiano deve se orientar pelo sentido de dar visibilidade às necessidades sociais e à afirmação de direitos, agilizando processo de levantamento de dados, conhecimento da realidade e socialização de informações, impedindo que as mesmas sirvam para deteriorar ainda mais nossa capacidade criativa. Para isso, esse caminho deve tomar um contorno cada vez mais coletivo.

Desde a instauração do período de calamidade pública, nossa classe construiu algumas trincheiras para organização e resistência à exploração e opressões do sistema capitalista. Vimos o levante do movimento de pretas e pretos contra o genocídio do Estado (“Vidas negras importam”), as greves dos/as trabalhadores/as de entrega (breque dos apps), paralisações e manifestações dos/as trabalhadores/as da saúde ao redor do Brasil, movimentos de protesto e denúncia das violações de direitos humanos nas redes sociais, e vimos, até mesmo, movimento de mulheres trabalhadoras e órgãos de proteção, unidas em frente a um hospital público, pela

defesa do direito à vida de uma criança 10 anos, e outras. Lutas essas que dialogam com a concepção ampliada da Seguridade Social aqui reivindicada. A intensificação das ações em defesa da Seguridade Social pública e das condições de trabalho dos/as assistentes sociais na perspectiva da responsabilização do Estado pelas políticas sociais e pelos direitos dos/as trabalhadores/as, são bandeiras de luta do Conjunto CFESS-CRESS. Por isso, reforçamos nossa capacidade de organização - não apenas diante dos ataques lançados pelo capital - mas enquanto uma classe ciente de suas tarefas históricas de transformar essa sociedade.

Acreditamos na solidariedade entre nossa classe e a força dela emergente, quando se põe unida em luta. Defendemos que nossa profissão intensifique ações pelo reconhecimento legítimo da Seguridade Social, do Fundo Público e pelo financiamento efetivo das políticas públicas, pela revogação da EC 95 – a “PEC da morte”. Nessa direção, cabe também à nossa categoria, em aliança com demais trabalhadores/as, combater a Reforma Administrativa prevista pelo atual governo – que não apenas retira direitos conquistados pelos/as servidores/as públicos/as e, assim, nivela por baixo os direitos trabalhistas de forma geral, como promove também um desmonte e aparelhamento massivo do serviço público.

Nesse sentido, sinalizamos ainda a firme relação que o Conjunto CFESS-CRESS vem construindo com as/os assistentes sociais, no sentido de orientar um exercício profissional que defenda os direitos de nossa classe e, assim, defenda também um projeto profissional e societário direcionado à emancipação humana. Que as/os assistentes sociais façam parte dos esforços coletivos para a defesa do exercício profissional, dos serviços prestados à população, das medidas de proteção à/ao trabalhadora/o e das proposições apresentadas nessa Plenária Nacional.

Que possamos seguir com participação ativa em conselhos, associações, sindicatos, comissões, fóruns, frentes e organizações políticas pertinentes à classe trabalhadora. Conclamamos as/os profissionais de todos os espaços sócio-ocupacionais, todas as regiões do país, que estejamos unidos/as para os desafios colocados.

Lembramos aqui as palavras de Ernest Hemingway, quando, em uma de suas obras, registra o diálogo entre os personagens:

- “- E quem estará ao seu lado na Guerra?
- E isso importa?
- Mais do que a própria guerra”.

Juntas, Juntas e Juntos seguimos.